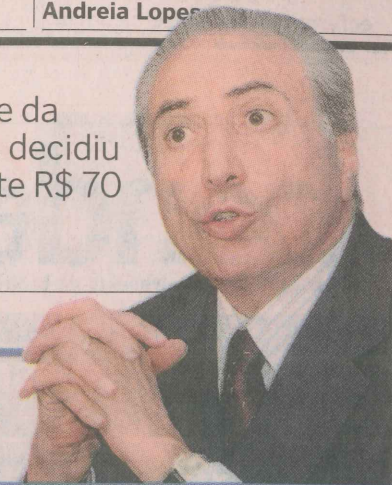


Política

Cortes em Brasília. O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), decidiu fazer economia e cortar inicialmente R\$ 70 milhões do orçamento da Casa.



Entrevista exclusiva >> POR VINÍCIUS BAPTISTA E GUIDO NUNES

Frederico Pimentel >> DESEMBARGADOR

“É evidente que eu não posso concordar com o afastamento”

Na primeira entrevista após a Operação Naufrágio, Frederico Pimentel nega envolvimento em venda de sentenças

O evento era para evitar a generalização das denúncias de corrupção e tentar resgatar a imagem do Judiciário capixaba, mas a imagem mais comentada foi a de um convidado inesperado: o presidente afastado do Tribunal de Justiça do Estado (TJES), desembargador Frederico Pimentel, preso na Operação Naufrágio – realizada pela Polícia Federal e que apura um suposto esquema de venda de sentenças no TJES. Ele, em sua primeira aparição pública após as denúncias, esteve ontem no Tribunal Pleno num movimento promovido pela Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages). Em entrevista exclusiva à Rede Gazeta, Pimentel comentou pela primeira vez as acusações de venda de

todas essas denúncias?

Agora eu vou me encontrar com um oficial de Justiça para receber uma citação, e vou apresentar a defesa sobre todas elas. Para todas elas há explicação devida sobre o que aconteceu, como eu estava agora conversando com o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Mozart Valadares.

■ ■ Como o senhor vê todas essas questões de interceptações telefônicas apontarem um suposto esquema de venda de sentenças?

O que eu digo são duas coisas apenas: foram oito anos de interceptações em quatro ou



GILDO LOYOLA

“Evidentemente que eu não posso concordar com o afastamento (...). Eu estava em Brasília, quando o tribunal não tinha nenhuma peça do processo

fesa prévia e vai ser corroborada. Eu já prestei depoimento perante uma comissão, que apura esse assunto, e está tudo lá. Eu não vou divulgar porque está em segredo de Justiça.

■ ■ O senhor concorda com o afastamento do senhor da presidência do Tribunal de Justiça?

Evidentemente que eu não posso concordar com o afastamento, se ele aconteceu no dia 11 de novembro (sic) – a data correta é 11 de dezembro –, eu estava em Brasília, quando o tribunal não tinha nenhuma

mentel começou pela primeira vez as acusações de venda de sentenças e de favorecimento de familiares na criação de cartórios. O desembargador afastado negou envolvimento em irregularidades, e afirmou que não concorda com a decisão que o afastou da presidência daquele Poder.

■ ■ **Doutor Frederico, o senhor poderia falar um minuto?**

Eu não posso falar muito. Eu já expliquei para vocês, para os que me procuraram, que eu tenho uma grande dúvida: no início, por problemas de saúde, eu não devia falar com os jornais por recomendação médica. E, depois, me assalta uma dúvida: o processo ainda está em segredo de Justiça. Segredo de Justiça que infelizmente só está prevalecendo para a defesa. Porque os jornais, em sua grande maioria, dão notícias sobre o inquérito, transcrevem peças do inquérito e as sessões dos julgamentos, como todos acompanharam aqui. A não ser a primeira, quando eu estava em Brasília, que foi reservada.

■ ■ **Mas como o senhor vê**

“ **E, no relatório do próprio presidente, em todos os eventos que estão relacionados a possíveis vendas de sentenças, meu nome não aparece**

cinco telefones meus. E (o inquérito) tem cinco falas irrelevantes para qualquer coisa. E, no relatório do próprio presidente, em todos os eventos que estão relacionados a possíveis vendas de sentenças, meu nome não aparece. Ele me excluiu. Eu tenho que me defender de outros temas, e, assim mesmo, me desculpem vocês da imprensa, continuam a falar, em qualquer noticiário, Frederico Pimentel relacionado a venda de sentenças. Quando o próprio re-



NEM TÃO AFASTADO ASSIM. Frederico Pimentel esteve no tribunal num ato em defesa da magistratura

latório resultante da sessão que abriu o processo administrativo me excluiu desse evento.

■ ■ **Qual seria então o envolvimento do senhor nessas acusações da Operação Naufrágio?**
Aí eu não queria adiantar, por-

que senão eu vou adiantar minha defesa, e eu não quero.

■ ■ **Como tem sido a vida do senhor? O que o senhor tem feito?**

O que eu tenho feito é reunir com a minha família, estudar os acontecimentos, ler as notícias e esperar que o pro-

cesso termine e a Justiça prevaleça.

■ ■ **E sobre essas denúncias de apropriação de lucros de cartórios, que envolvem a família do senhor? Isso procede?**

Não, não. E vai ser explicado tudo na defesa. Já foi feita a de-

estava em Brasília, quando o tribunal não tinha nenhuma peça do processo. E o pedido de prisão da ministra foi em decorrência de, segundo ela, para ouvir os envolvidos e fazer as buscas e apreensão. Isso foi feito, no dia da prisão. Fomos ouvidos em Brasília, e, tanto é que, dois dias depois, ela revogou a prisão.

■ ■ **E como o senhor vê o fato de suas filhas e seu filho também estarem respondendo ao processo?**
Isso elas já estão esclarecendo nos processos respectivos.

■ ■ **O senhor foi convidado para vir hoje (ontem) a este ato?**

A Associação dos Magistrados convocou todos os juizes e magistrados, e eu compareci.

■ ■ **OUÇA NA WEB**

Entre no www.gazetaonline.com.br/agazeta

Movimento era para resgatar imagem do Judiciário

Magistrados de todo o país estiveram no TJES, e Pimentel acompanhou o evento do início ao fim

■ ■ Acostumado a ocupar o posto máximo de destaque no Tribunal de Justiça do Estado, Frederico Pimentel se contentou em assistir da terceira poltrona da segunda fileira do Pleno ao ato em solidariedade aos magistrados capixabas, realizado por conta do suposto esquema de venda de sentenças no TJES e promovido pela Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages). O evento contou com as presenças do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Mozart Valadares, e de outros presidentes de associações estaduais.

Frederico Pimentel não esboçou reações durante as falas dos presidentes das associações estaduais de magistrados. Ele per-

maneceu sentado ao lado dos desembargadores Sergio Gama e José Eduardo Grandi Ribeiro — este, já aposentado. O desembargador afastado estava visivelmente deslocado diante dos demais colegas.

CUMPRIMENTOS

Após deixar o Pleno do Tribunal de Justiça, Pimentel, apesar de abatido, cumprimentava os demais presentes. Quando já se direcionava para a rampa que dá acesso à saída do prédio, o desembargador esbarrou no presidente em exercício do TJES, desembargador Alvaro Bourguignon. Os dois apenas se cumprimentaram e não trocaram palavras. Bourguignon não quis comentar a presença de Pimentel no ato da Amages.

Os juizes e desembargadores que participaram do ato em solidariedade aos magistrados capixabas após os escândalos de suposta venda de sentenças no TJES não se surpreenderam

com a presença de Pimentel na solenidade. Em todos as falas das autoridades, a necessidade de não se generalizar a magistratura pelo erro cometido por alguns foi recorrente.

Apesar de os discursos sustentarem a importância de não se generalizar a classe e de continuar as investigações punindo os culpados, o presidente afastado do TJES parecia pouco à vontade, mas ficou até o fim da sessão.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Protásio dos Santos, nem soube da presença de Pimentel durante o ato de solidariedade. No entanto, fez coro ao posicionamento adotado pelas demais lideranças.

“Eu não sabia da presença dele, mas, independentemente disso, isso não pode surpreender. Ele não pode ser considerado culpado ainda. O que nós defendemos, com ou sem a presença dele, é a apuração de todos os casos de forma aprofundada”.



CONTATOS. Pimentel conversa com Mozart Valadares, da AMB

Aposentadoria aos 75 anos é rejeitada

■ ■ **O presidente em exercício do TJES, desembargador Alvaro Bourguignon, se posicionou contra a aposentadoria compulsória aos 75 anos para a magistratura nacional. As declara-**

ções do presidente foram feitas durante a assembleia da Amages. Os juizes também se posicionaram contra a Proposta de Emenda Constitucional que prevê a ampliação da idade limite da aposentadoria compulsória dos atuais 70 anos para 75 anos. A matéria foi debatida, pela primeira vez, na assembleia de ontem.

Presidente da AMB vê “ato de coragem”

■ ■ O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Mozart Valadares, considerou um ato de coragem de Pimentel estar presente ao ato realizado ontem. “É uma atitude de coragem do desembargador Frederico Pimentel, uma demonstração e um gesto de que ele quer enfrentar as denúncias e que está disposto a tentar provar a sua inocência”, declarou Valadares.

O tom apaziguador também esteve presente nas declarações do presidente da Amages, Alermer Ferraz Moulin, que presidiu a sessão. Ele foi um dos que votou pelo afastamento de Pimentel, mas ponderou o fato de que o magistrado ainda não foi julgado. “Até que seja levado a efeito o julgamento disso tudo, ele é um colega que merece todo o respeito. Não temos nenhum constrangimento em receber quem quer que seja”, afirmou Moulin.

GUIDO NUNES